



CAPETINGA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA-MINAS GERAIS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL NÚMERO 001/2025



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CAPETINGA - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA -
MINAS GERAIS - MG

Professor de Educação
Básica

EDITAL NÚMERO 001/2025

CÓD: SL-025DZ-25
7908433287605

Língua Portuguesa

1. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos	9
2. Coesão e coerência textuais	10
3. Intertextualidade	11
4. Polifonia	12
5. A Língua: norma culta E variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	12
6. Língua padrão: ortografia	14
7. Acentuação	16
8. Pontuação	18
9. Semântica: denotação e conotação. sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade	20
10. Figuras de linguagem	25
11. Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	27
12. Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	28
13. Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas	37
14. Concordância nominal e verbal	42
15. Regência nominal e verbal.....	43
16. Crase	47
17. Sintaxe de colocação.....	48
18. Sentido denotativo e conotativo (figurado).....	49
19. Vícios de linguagem	49

Matemática

1. Estruturas lógicas.....	59
2. Lógica da argumentação	65
3. Diagramas lógicos	68
4. Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações	70
5. Múltiplos e divisores.....	79
6. Números Primos	80
7. Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	81
8. Expressões numéricas.....	83
9. Equações do 1º e 2º graus	84
10. Sistemas de equações do 1º e 2º graus	87
11. Funções do 1º e 2º grau.....	89
12. Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro....	94
13. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal.....	103
14. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	107
15. Regra de três simples e composta	108
16. Porcentagem.....	109

17. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	110
18. Média Aritmética simples e ponderada	111
19. Problemas envolvendo os itens do programa proposto	112

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	119
2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	147

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica

1. A criança e a educação infantil: história, concepções.....	151
2. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil.....	152
3. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos	158
4. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar	159
5. Avaliação na educação infantil.....	162
6. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais	165
7. O professor de educação infantil	169
8. Família e instituição	170
9. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades.....	171
10. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	173
11. Teoria e Prática da Educação.....	175
12. Conhecimentos Político-Pedagógicos	176
13. Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal	177
14. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	181
15. Colegiados escolares.....	186
16. Projetos político-pedagógicos.....	187
17. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar	187
18. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem	188
19. Conhecimento na escola	190
20. A organização do tempo e do espaço	191
21. A avaliação escolar.....	193
22. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva projetos de trabalho e a interdisciplinaridade.....	194
23. Cotidiano escolar: relações de poder na escola.....	195
24. Currículo e cultura	196
25. Tendências pedagógicas na prática escolar	199
26. Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro e seus seguidores.....	201

ÍNDICE

27. Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	202
28. Lei nº 13.005/14 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	222
29. Lei nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências: CAPÍTULO IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – artigos 53 ao 59	238
30. Constituição Federal 1988: CAPÍTULO III - Seção I - DA EDUCAÇÃO – artigos 205 ao 214.....	238
31. Decreto Federal nº 11.556 de Junho de 2023- Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	242
32. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. Secretaria de Educação Básica - Brasília, MEC, SEB, 2017. Unidades Temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nos anos iniciais: LÍNGUA PORTUGUESA ANOS INICIAIS; MATEMÁTICA ANOS INICIAIS; CIÊNCIAS ANOS INICIAIS; GEOGRAFIA ANOS INICIAIS; HISTÓRIA ANOS INICIAIS	245

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO; O TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- **Referencial:** transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
- **Emotiva:** expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
- **Conativa:** busca provocar uma ação no receptor (ex: ordens, pedidos);
- **Fática:** verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
- **Metalinguística:** usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
- **Poética:** valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).

Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem compreensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- **Narração:** relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** apresenta características de seres, lugares, objetos;
- **Dissertação:** expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- **Injunção:** orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- **Exposição:** apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.

Duas propriedades essenciais do texto são:

- **Coesão:** ligação formal entre as partes do texto (uso de pronomes, conjunções, elipses, etc.);
- **Coerência:** sentido lógico entre as ideias do texto, respeitando o conhecimento de mundo e as expectativas do leitor.

DISCURSO: CONCEITO E RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E O TEXTO

Texto e discurso não são sinônimos. O discurso é a materialização do texto em um contexto histórico, social e ideológico. É a forma como os sentidos são produzidos nas interações humanas, levando em conta a posição de quem fala, para quem se fala, e com que intenção se fala.

Autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault foram fundamentais para a teoria do discurso. Bakhtin, por exemplo, destaca o caráter dialógico da linguagem: todo enunciado é uma resposta a outros e se antecipa a novas respostas. Essa concepção introduz o conceito de interdiscursividade e de heterogeneidade discursiva, revelando como um texto carrega ecos de outros textos e vozes sociais.

Analisar o discurso é, portanto, interpretar o sentido além da estrutura formal do texto, considerando fatores ideológicos, sociais e culturais.

TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A interpretação textual não depende apenas do que está escrito, mas também do contexto em que o texto foi produzido e lido. Esse contexto pode ser:

- **Situacional:** onde e como a comunicação ocorre;
- **Sociocultural:** valores, crenças e hábitos compartilhados;
- **Histórico:** momento e circunstâncias da produção do texto;
- **Ideológico:** posição política, moral ou cultural de quem escreve.

Esses elementos afetam diretamente a construção dos sentidos. É por isso que, muitas vezes, a compreensão de um texto exige o domínio de conhecimentos extralinguísticos. As inferências — ou seja, as informações que o leitor deduz com base em pistas — são fundamentais nesse processo.

Exemplo:

Se um texto diz “João colocou o casaco antes de sair”, é possível inferir que fazia frio, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

DEFINIÇÕES E DIFERENCIAÇÃO

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, um texto coeso pode ser incoerente, assim como um texto coerente pode não ter coesão. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

COESÃO TEXTUAL

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas **conectivos**.

► As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricos. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

► As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência:

- **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos. Exemplo: «Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

▪ **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças. Exemplo: “Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

▪ **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos. Exemplo: “Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

▪ **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido. Analise o exemplo: “Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente, principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

▪ **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual nominal, verbal ou frasal por meio da figura, denominando elipse.

▪ **Exemplo:** “Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

▪ **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

▪ **Exemplo:** “Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

▪ **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

▪ **Exemplo:** “Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

COERÊNCIA TEXTUAL

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação — consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente.

A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” - Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” - Os veganos não consomem produtos de origem animal.

MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhosos!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- **p:** “João é engenheiro.”
- **q:** “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- **“ $2 + 2 = 4$.”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é

AMOSTRA

- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 - (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou \neg	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO BRASIL

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia**, **Nordeste** e **Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

Brasil: regiões geoeconômicas



Elaborado por: Santiago Alves de Siqueira - www.santiago.pro.br

http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg

Os limites da **Amazônia** correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A região Nordeste é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

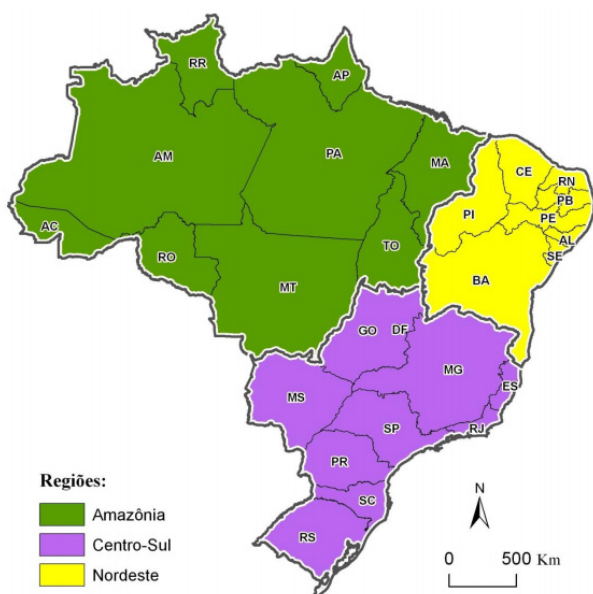
A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

OUTRAS PROPOSTAS DE REGIONALIZAÇÃO

Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa



http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRIA, CONCEPÇÕES

A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem assumido crescente relevância no cenário educacional brasileiro. Ao longo das últimas décadas, avanços legais e teóricos consolidaram essa etapa como direito da criança e dever do Estado, superando antigas concepções assistencialistas e higienistas. Contudo, compreender a Educação Infantil exige, antes de tudo, conhecer como a infância foi historicamente construída como categoria social, e como isso influenciou (e ainda influencia) as práticas pedagógicas.

Historicamente, a criança foi vista de diversas formas: como “pequeno adulto”, como sujeito passivo, como propriedade da família ou do Estado. A pedagogia moderna, porém, passou a reconhecer a criança como sujeito de direitos, ativa, potente, dotada de linguagem e cultura próprias. Essa mudança de paradigma reflete-se nas políticas públicas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas práticas pedagógicas mais contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO COMO SUJEITO

A noção de infância nem sempre existiu como a conhecemos hoje. No século XIII e XIV, por exemplo, a criança era vista como um adulto em miniatura. Segundo o historiador Philippe Ariès, em sua obra clássica *História Social da Criança e da Família*, a ideia de infância como uma fase distinta da vida surge somente a partir da modernidade, com o advento da escola, da imprensa e da medicina.

Durante séculos, a infância foi marcada pela exclusão social e pela negligência. Crianças pobres eram frequentemente entregues ao trabalho desde muito cedo, e sua educação não era uma prioridade social. Com o iluminismo e o surgimento do pensamento pedagógico moderno — notadamente com Rousseau e sua obra *Emílio*, ou da Educação —, começa a surgir uma visão mais humanizada da criança, reconhecendo sua especificidade e necessidade de proteção e formação.

No Brasil, o reconhecimento da infância como uma fase singular é tardio. Até o século XIX, a educação das crianças era responsabilidade da família ou da Igreja. Apenas no século XX, com o avanço dos direitos sociais, começa-se a institucionalizar

políticas para a infância. A partir da década de 1980, com a redemocratização, surgem movimentos em defesa da criança e do adolescente, culminando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 — marco fundamental na garantia de direitos dessa população.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA NA PEDAGOGIA: DO ASSISTENCIALISMO AO PROTAGONISMO INFANTIL

As práticas pedagógicas sempre refletiram as concepções predominantes sobre a infância. Tradicionalmente, a criança era vista como um ser incompleto, carente de cuidados e de formação moral. Essa visão resultava em práticas educativas voltadas para a disciplina, a moralização e a preparação para a vida adulta, sem considerar os saberes e interesses da própria criança.

Durante grande parte do século XX, a Educação Infantil teve caráter assistencialista, ligada à saúde, higiene e alimentação. A função pedagógica das creches e pré-escolas era secundarizada. No entanto, com o avanço das teorias do desenvolvimento infantil — especialmente com Piaget, Vygotsky, Wallon e, mais tarde, Emília Ferreiro —, começou-se a compreender a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos, interpretar o mundo e interagir de maneira significativa com o meio.

Essa mudança teórica impulsionou novas práticas pedagógicas, centradas na escuta da criança, no brincar, na linguagem e na valorização da cultura infantil. A concepção atual, defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e pela BNCC (2017), é a de uma criança potente, curiosa, competente e cidadã desde o nascimento, com direito a ser respeitada em sua singularidade.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO LEGAL E POLÍTICA

A institucionalização da Educação Infantil como um direito educacional no Brasil é um processo relativamente recente. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro marco legal a incluir explicitamente a creche e a pré-escola como direito da criança e dever do Estado (art. 208, inciso IV). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) reafirmou essa prerrogativa, definindo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, voltada ao desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Em 2009, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que estabelecem as DCNEI, representaram um avanço significativo ao tratar da Educação Infantil como parte do processo educacional, com objetivos pedagógicos próprios, rompendo definitivamente com a lógica apenas assistencial.

Mais recentemente, a BNCC (2017) organizou a Educação Infantil em campos de experiências, que visam garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos reconhecem a criança como centro da ação pedagógica e como sujeito que aprende na relação com os outros, com o mundo e consigo mesma.

O PAPEL DO EDUCADOR E A PEDAGOGIA DA ESCUTA E DO CUIDADO

A concepção de criança como sujeito ativo transforma profundamente o papel do educador na Educação Infantil. O professor deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos e passa a ser mediador, observador, provocador e parceiro das descobertas infantis. Cabe a ele garantir contextos de aprendizagem ricos, desafiadores e afetivos.

A prática pedagógica na Educação Infantil deve basear-se na escuta sensível das crianças. Isso significa observar seus gestos, falas, brincadeiras e interações, compreendendo o que expressam, mesmo quando não o fazem por meio da linguagem verbal. A escuta, nesse contexto, é ato político, pedagógico e ético.

Outro ponto central é a valorização do cuidado como parte do ato educativo. Alimentar, trocar fraldas, acolher e confortar são ações que também educam, e não devem ser vistas como meras tarefas auxiliares. A indissociabilidade entre cuidar e educar é um dos princípios mais importantes da Educação Infantil contemporânea, defendido tanto nas DCNEI quanto na BNCC.

Por fim, o educador da infância precisa atuar como pesquisador de sua prática, constantemente refletindo, registrando e reelaborando suas ações pedagógicas. A documentação pedagógica, inspirada na abordagem de Reggio Emilia, é uma ferramenta fundamental nesse processo de formação contínua.

TEORIAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem é uma área central nos estudos educacionais, pois busca compreender os processos pelos quais os indivíduos se desenvolvem física, emocional, cognitiva e socialmente, além de explicar como ocorre o aprendizado ao longo da vida. Essa área de estudo, originada na interseção entre psicologia e educação, fornece bases teóricas e práticas que ajudam os educadores a adaptar suas estratégias de ensino às diferentes fases do desenvolvimento dos alunos, facilitando a construção de conhecimento e habilidades.

No contexto escolar, é essencial que os professores compreendam as transformações que ocorrem em cada etapa do desenvolvimento humano e as diversas formas como o aprendizado pode se manifestar, de modo a promover um ambiente de ensino inclusivo e estimulante. A partir de teorias e estudos científicos, como os de Jean Piaget e Lev Vygotsky para o desenvolvimento cognitivo, ou Erik Erikson para o desenvolvimento psicossocial, educadores conseguem compreender melhor os limites e as potencialidades dos alunos. Essas teorias explicam, por exemplo, como as crianças e os adolescentes percebem e interagem com o

mundo, desenvolvendo habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, e emocionais, como a autoconfiança.

Além disso, as teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, o cognitivismo e a teoria da aprendizagem social, oferecem modelos que elucidam o processo pelo qual as pessoas assimilam e retêm novos conhecimentos. Elas mostram que fatores como reforço positivo, observação e processos mentais internos são fundamentais na construção do conhecimento, permitindo que o ensino seja planejado para maximizar o engajamento e o desenvolvimento dos alunos.

Assim, ao estudar a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, educadores obtêm ferramentas para planejar aulas que respeitem as diferentes fases e estilos de aprendizagem dos estudantes, promovendo uma educação mais personalizada e eficaz.

► Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos):

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!